



PROJETO BÁSICO

ÓRGÃO SOLICITANTE: Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais

LICITAÇÃO Nº.:

PROCESSO Nº.:

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento dos saneantes domissanitários e artigos para higiene e limpeza, bem como todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução do objeto desta licitação, bem como de suporte administrativo, operacional e áreas do Poder Judiciário Estadual, localizadas na Secretaria do Tribunal de Justiça e na Comarca de Belo Horizonte, compreendendo as atividades de operação e controle de acesso de pessoas, veículos, equipamentos e bens móveis nos edifícios, conforme **ANEXO I É QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS, ANEXO II É TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA, ANEXO III É RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ANEXO IV - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS ANEXOS**, partes integrantes e inseparáveis deste projeto básico.

Incluem-se no objeto desta contratação os serviços de Porteiro, destinados à guarda do patrimônio público, em locais de menor exposição de riscos de ocorrências, sem necessidade do profissional possuir curso de formação específico e utilizar armamento.

2. JUSTIFICATIVA

Terceirizar significa atribuir a terceiros a execução de atividades não essenciais do **TRIBUNAL**, visando reduzir custos e aumentar a flexibilidade, qualidade, produtividade e a especialização, através da liberação de seus funcionários para dedicar-se a sua atividade fim.

Para atuar em todas as áreas e atender às demandas que hoje se inserem em sua competência jurisdicional, o **TRIBUNAL** necessitaria de uma estrutura gigantesca, tanto na parte de pessoal quanto na de aparelhamento, a um custo altíssimo, sem aproveitar de forma racional todos os seus recursos.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Como solução adequada, é cristalino que o único meio viável para o aperfeiçoamento e agilidade da prestação jurisdicional é a transferência à terceiros de atividades secundárias, auxiliares e acessórias desta Instituição.

Daí porque, a parceria é estratégica, pois cada uma se dedica a fazer o que melhor conhece, gerando ganhos para todos os parceiros. A exemplo desses benefícios para o **TRIBUNAL**, cite-se:

- ✓ O Desenvolvimento Econômico: quanto mais o setor público terceirizar (considerando-se que esse setor é o maior comprador de serviços, via Administração Direta e Indireta), maior incentivo estará dando à constituição de empresas prestadoras de serviços, aumentando a oferta de empregos e a arrecadação;
- ✓ A Qualidade dos Serviços: a competitividade entre as empresas que entram no mercado leva a um aperfeiçoamento dos serviços prestados e, conseqüentemente, a uma melhora da qualidade;
- ✓ A Diminuição do Desperdício: isto ocorre não apenas com relação ao material empregado no desenvolvimento das atividades, como também na redução da ociosidade de equipamentos e mão-de-obra;
- ✓ A Agilidade nas Decisões: o relacionamento com as empresas prestadoras de serviços é mais ágil e livre de determinados procedimentos burocráticos, que permitirão a mudança ou correção das atividades que necessitem alterações. Um exemplo disto é a facilidade de troca de pessoal em caso de desempenho insatisfatório, o que não é possível dentro do quadro de funcionários efetivos, em função da própria legislação;
- ✓ Possibilidades de rescisão do contrato, conforme condições preestabelecidas pelas partes;
- ✓ O **TRIBUNAL** não dispõe, em seus quadros, de recursos humanos que permitam a execução direta destes serviços relativos à sua atividade meio;
- ✓ A Contenção do Crescimento do Quadro de Servidores: a terceirização evita o "gigantismo" da estrutura dos órgãos públicos, com a transferência das atividades acessórias a terceiros.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Numa época em que os gastos com folha de pagamento são uma preocupação em todas as esferas do setor público, a terceirização é uma opção racional para conter gastos com pessoal, eliminando as despesas com contratação direta e evitando a criação de novos cargos não relacionados, diretamente, as atividades essenciais desta Instituição.

Com este modelo de gestão, ganha o **TRIBUNAL** em qualidade, eficiência, agilidade, redução de custos e otimização da comunicação, o que é imprescindível para mantê-lo em condições de desenvolver satisfatoriamente suas finalidades precípuas.

Assim, verificada a necessidade dos serviços, mais uma vez sopesado o encargo que obriga à satisfação da observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, torna-se imprescindível promover o certame para dar continuidade à prestação dos serviços constantes do contrato administrativo nº. 305/2008.

3. **LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

3.1. O processo de contratação obedece ao disposto na Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; na Lei estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001; na Lei estadual nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002; no Decreto estadual nº. 44.786, de 18 de abril de 2008; e Decreto estadual nº. 44.431, de 29 de dezembro de 2006, e alterações posteriores; na Lei complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; com aplicação subsidiária da Lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, além das demais disposições legais aplicáveis.

4. **TIPO DE LICITAÇÃO**

4.1. A licitação será na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO**, devendo ser considerado vencedor o licitante que, ao final da disputa de lances, ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.

4.2. Após a disputa de lances, ocorrendo alteração do valor global da proposta escrita, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá apresentar ao Pregoeiro, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as novas planilhas readequadas.



5. REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. A execução dos serviços nas dependências das edificações e áreas do Poder Judiciário Estadual, localizadas na Capital do Estado de Minas Gerais, por profissionais pertencentes ao quadro funcional do **LICITANTE VENCEDOR**, observará o **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, previsto no art. 10, II, ~~do~~ da Lei nº. 8.666/93.

6. DA VISITA TÉCNICA

6.1. A visita técnica, para conhecimento pleno dos prédios, é condição prévia de participação no processo licitatório, devendo ser agendada junto ao **TRIBUNAL**, através da COORDENAÇÃO DE CONTROLE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS . COSEC, que designará dia, horário e um servidor responsável para o acompanhamento, ocasião em que expedirá documento de certificação da realização da mesma.

6.2. Para agendamento da visita, o **LICITANTE**, deverá realizar prévio contato com a COSEC, pelos telefones: (31) 3237-6917 / 6492, ou comparecer pessoalmente à Rua Goiás, 229, 1º andar, sala 104, Centro, Belo Horizonte / MG, de segunda a sexta-feira (dias úteis), no horário de 9:00 às 11:00 horas e de 14:00 às 17:00 horas.

6.3. A visita será obrigatória nas seguintes unidades:

- Anexo I;
- Anexo II;
- Centro Operacional;
- Corregedoria;
- Fórum Lafayette;
- Unidade Raja Gabágliã;
- Vara da Fazenda Estadual;
- Vara da Fazenda Tributária Municipal.

6.4. As demais unidades ficarão à disposição do **LICITANTE**, sem ter a obrigatoriedade da Visita Técnica.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

6.5. O representante da licitante deverá comparecer ao local agendado munido de documento de identificação e carta de apresentação da empresa, qualificando-o para realizar a visita técnica. A **COSEC** emitirá a **DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**, e entregará ao representante da licitante, que deverá incluir tal documento, obrigatoriamente, no envelope de habilitação que será entregue ao pregoeiro na sessão pública do pregão.

6.6. Para o item 6.4 não será exigido a Declaração de Comprovação de Visita Técnica.

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

7.1. A contratação dos serviços de limpeza, asseio e conservação, de suporte administrativo e operacional; aí compreendidas as atividades de operação e controle de acesso de pessoas, veículos, equipamentos e bens móveis nos edifícios do **TRIBUNAL**, bem como dos serviços de Porteiro, destinados à guarda do patrimônio público, em locais de menor exposição de riscos de ocorrências, deverá garantir a manutenção do patrimônio e os preceitos básicos do bom atendimento, segurança, higiene e asseio.

7.2. Caberá ao **LICITANTE VENCEDOR** executar os serviços por meio de profissionais capacitados do seu quadro próprio de pessoal, que preencham, no mínimo, os requisitos constantes do **ANEXO IV - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste projeto básico.

7.3. Executar a prestação dos serviços observando as normas regulamentadoras prescritas pela Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T., e legislação complementar, além dos dispositivos contidos nas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, pactuados entre os Sindicatos que abrangem as categorias profissionais envolvidas nesta contratação.

7.4. Para fins de planejamento deste projeto básico foram utilizadas as Convenções Coletivas de Trabalho 2010 celebradas entre:

- ✓ Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios, em Empresas de prestação de Serviços em Asseio, Conservação, Higienização, Desinsetização, Portaria, Vigia e dos Cabineiros de Belo Horizonte . SINDEAC.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

7.5. Constitui obrigação do **LICITANTE VENCEDOR** utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho conforme enquadramento das categorias profissionais alocadas nesta contratação.

7.6. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá adequar o valor salarial estimado pelo **TRIBUNAL**, na planilha de formação de preços da contratação, quando detectado que este está inferior ao piso da categoria profissional fixado nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, observando à proporcionalidade da jornada de trabalho inerente às ocupações contratadas.

7.7. Qualquer modificação dos salários praticados nesta contratação somente será permitida quando ocorrer alteração do piso da categoria profissional, em decorrência de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho, desde que devidamente registrados e homologados pela DRT-MG, ou ato do Poder Público, vedada à inclusão de antecipações e de benefícios que deveriam ter sido previstos originariamente.

7.8. Constitui obrigação do **LICITANTE VENCEDOR** adequar as jornadas de trabalho estipuladas neste projeto básico, quando detectado que as mesmas são superiores à estabelecida para a categoria profissional nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.

8. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A relação dos prédios e respectivos endereços para a prestação dos serviços é a constante do **ANEXO III É RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** deste projeto básico.

8.2. A distribuição do efetivo de pessoal nos locais da prestação de serviços poderá ser alterada de acordo com as necessidades administrativas do **TRIBUNAL** e será determinada pela COSEC, ficando qualquer outra alteração sujeita à sua prévia análise e aprovação.

9. DO QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS

9.1. O quantitativo dos profissionais que serão alocados pelo **LICITANTE VENCEDOR** está disposto nos **ANEXO I É QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS** e **ANEXO II É TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA** deste projeto básico.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

9.2. O dimensionamento quantitativo dos profissionais objeto desta contratação foi obtido com base na necessidade de assegurar a continuidade do atendimento das atividades de segurança patrimonial e de limpeza, asseio e conservação das edificações e áreas do Poder Judiciário Estadual, observados critérios objetivos, tais como: peculiaridade, produtividade mínima a ser considerada para cada categoria profissional, área física a ser limpa, jornada de trabalho mensal, periodicidade e frequência de cada tipo de serviço.

9.3. Para fins de definição da produtividade dos serviços objeto desta contratação, foram utilizadas as experiências e parâmetros aferidos e resultantes das contratações anteriores, observadas as características dos locais da prestação de serviços, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública.

9.4. Nas condições usuais, foram adotados coeficientes de produtividade, definidos em razão da área física do local da prestação dos serviços, da frequência da execução dos trabalhos e da jornada de trabalho mensal, não inferiores a:

- Áreas de Limpeza 300 m²: Servente de Limpeza I (180h/mês);

9.5. O **LICITANTE VENCEDOR** fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos quantitativos do objeto da licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

10. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

10.1. A qualificação profissional mínima exigida e a descrição dos serviços que deverão ser executados pelo **LICITANTE VENCEDOR** estão previstas no **ANEXO IV - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste projeto básico.

10.2. O **LICITANTE VENCEDOR** se responsabilizará pela realização de treinamento de qualificação e reciclagem dos profissionais alocados, sem onerar o preço contratado, como forma de garantir o aprimoramento e a manutenção do nível de execução da prestação de serviços, inclusive para aqueles que farão as substituições.

10.3. O **TRIBUNAL**, a seu critério, poderá exigir do **LICITANTE VENCEDOR** a comprovação da realização de treinamento de qualificação dos profissionais alocados.

10.4. É expressamente vedado ao **LICITANTE VENCEDOR**:



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

a) A contratação de empregado que possua parentesco natural ou civil, na linha reta ou colateral, inclusive, e nem parentesco por afinidade, na linha reta ou colateral, com magistrado ou servidor em exercício de cargo de direção ou de assessoramento da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e da Justiça de Primeiro Grau.

b) A alocação de trabalhador autônomo ou equiparado, para a prestação de serviços neste **TRIBUNAL**.

10.4.1. Caberá ao **LICITANTE VENCEDOR** fornecer, sempre que solicitado pelo **TRIBUNAL**, declaração de que observa as vedações previstas neste item do projeto básico.

11. JORNADA DE TRABALHO

11.1. A jornada de trabalho para cada ocupação está prevista no **ANEXO IV É ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste projeto básico.

11.2. A forma de cumprimento da jornada de trabalho pelos profissionais alocados será determinada pelo **LICITANTE VENCEDOR**, mediante orientação do **TRIBUNAL**, conforme peculiaridades do local da prestação dos serviços, nos termos descritos no **ANEXO IV É ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste projeto básico.

11.3. Caberá ao **LICITANTE VENCEDOR**:

11.3.1. Assegurar que os profissionais não executem os serviços em dias e/ou horários distintos dos previamente estabelecidos, bem como que cumpram integralmente a jornada e os horários fixados para a prestação de serviços ao **TRIBUNAL**, em conformidade com as leis trabalhistas, vedada à alteração do horário de trabalho sem autorização dos FISCAIS do contrato.

11.3.2. Garantir que todos os profissionais, cuja jornada de trabalho seja cumprida em turnos de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36), seja diurna ou noturna, usufruam do intervalo intrajornada de, no mínimo, uma hora diária, correspondente à refeição e descanso, conforme previsão no art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.

11.3.3. Nas unidades em que, excepcionalmente, não for possível o gozo do direito acima referido, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá solicitar autorização a este **TRIBUNAL** para o repasse do período correspondente, com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, observando o disposto na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

11.3.4. Nas localidades onde não houver expediente aos sábados, e havendo compatibilidade com a jornada de trabalho estabelecida para o profissional, a carga horária prevista para os sábados deverá ser redistribuída de segunda a sexta-feira, nos termos da legislação trabalhista, desde que expressamente autorizado pelo **TRIBUNAL**, através da COSEC.

11.3.4.1. Na hipótese de redistribuição da carga horária referente aos sábados, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá celebrar acordo formal de compensação com os seus profissionais.

11.3.5. Exercer, por meio de seu PREPOSTO, controle diário da frequência e pontualidade dos profissionais alocados, visando ao fiel desempenho das atividades contratadas, independente do acompanhamento do **TRIBUNAL**.

11.3.6. Assegurar que a jornada de trabalho seja cumprida integralmente no local onde o profissional presta serviços, permitida a ausência somente em situações previstas em lei, mediante a imediata substituição, para assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

11.3.7. Assegurar, na jornada normal de trabalho, o cumprimento de horas extras programadas, bem como aquelas executadas em atendimento a outras situações inadiáveis, excepcionais ou atípicas, devidamente justificadas, desde que previamente autorizadas, por escrito, pela COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GERAIS - COSERG.

11.3.7.1. Observar, na hipótese de aprovação da realização de horas extras, os limites, diário e mensal, máximos estabelecidos nas normas trabalhistas aplicáveis e em Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho das categorias profissionais objeto deste projeto básico.

11.3.7.2. Proibir a prorrogação da jornada normal de trabalho do profissional alocado, que não esteja previamente autorizada, por escrito, pela COSERG.

11.3.7.3. Na hipótese da ocorrência de prestação de serviços extraordinários sem autorização, as horas extras realizadas serão objeto de compensação.

11.3.7.4. É vedada a realização de serviços extraordinários para os profissionais cuja jornada de trabalho seja cumprida em turnos de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12X36) . dobra.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

11.3.7.5. A substituição imediata dos profissionais é de responsabilidade única e exclusiva do **LICITANTE VENCEDOR**, não acarretando qualquer ônus para o **TRIBUNAL**, haja vista a previsão do repasse mensal da verba referente às substituições de profissionais.

12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. Constitui obrigação do **LICITANTE VENCEDOR**:

12.1.1. Implantar, a partir da data prevista na %Autorização de Início da Prestação de Serviços+, a execução e supervisão permanente das atividades, nos locais relacionados no **ANEXO II É TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA** deste projeto básico, observando os horários e a programação de execução, bem como as respectivas alterações, segundo cronograma elaborado conjuntamente pela COSERG e pela COSEC.

12.1.1.1. Na impossibilidade do **LICITANTE VENCEDOR** observar o prazo estipulado pelo **TRIBUNAL**, deverá comunicar imediatamente à COSERG, através de correspondência formal, indicando o motivo para a devida apreciação.

12.1.2. Executar os serviços em conformidade com a programação e orientação fornecidas pelo **TRIBUNAL**, primando pela eficiência e cordialidade, qualificando e orientando os seus empregados para que se comportem com postura profissional e apresentem padrões de eficiência e higiene compatíveis com a prestação dos serviços especificados neste projeto básico.

12.1.2.1. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo ao **LICITANTE VENCEDOR** otimizar a gestão de seus recursos, seja humanos, seja materiais, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação do **TRIBUNAL**.

12.1.3. Fiscalizar, através de seu PREPOSTO, o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo **TRIBUNAL**, não devem ser interrompidos.

12.1.3.1. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do **TRIBUNAL** não eximirá o **LICITANTE VENCEDOR** de total responsabilidade por seus atos falhos.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

12.1.4. Selecionar, preparar e encaminhar os profissionais integrantes do seu quadro funcional próprio, em quantidade suficiente e qualificação necessária à execução dos serviços requisitados pelo **TRIBUNAL**, observada as disposições constantes do **ANEXO IV - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** e as condições mínimas estabelecidas no presente projeto básico, sendo obrigatória a observância do devido processo de recrutamento e seleção.

12.1.4.1. Qualquer remanejamento de profissional do **LICITANTE VENCEDOR** ficará condicionado à autorização, por escrito, da COSERG, ou da COSEC, conforme o caso.

12.1.5. Realizar à suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão, quanto na demissão, como durante toda a vigência do contrato de trabalho de seus profissionais, todos os exames médicos exigidos, apresentando os atestados de sanidade física e mental ao **TRIBUNAL**, quando houver solicitação formal do GESTOR, ou de qualquer um dos FISCAIS do contrato.

12.1.6. Zelar pela disciplina dos profissionais alocados na prestação de serviços, que deverão obedecer às normas internas disciplinares e de segurança do **TRIBUNAL**, sendo vedado:

- a) Qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas e bilhetes, a circulação de listas e pedidos de qualquer natureza;
- b) A permanência dos profissionais cedidos nas dependências do órgão no qual prestam serviços, antes ou depois dos horários de trabalho;
- c) O consumo, ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências do **TRIBUNAL**; e,
- d) O uso de uniforme quando não estiver prestando serviços.

12.1.7. Providenciar para que os profissionais envolvidos na prestação dos serviços assumam o posto com aparência pessoal adequada, observadas as regras de higiene pessoal, mantendo-os uniformizados e devidamente identificados, através de crachás de acesso às dependências do **TRIBUNAL**.

12.1.8. Nos casos em que for estabelecido o uso de uniforme, o **LICITANTE VENCEDOR** somente poderá disponibilizar o profissional para a prestação de serviços nas dependências do **TRIBUNAL**, se o mesmo estiver devidamente uniformizado.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

12.1.9. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá obedecer a norma regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, NR 6 . Equipamentos de Proteção Individual . EPI.

12.1.10. O **TRIBUNAL** poderá exigir do **LICITANTE VENCEDOR** que quando solicitado, apresente a impressão do Certificado de Aprovação (item 6.9 e subitens da NR 6) de quaisquer dos EPI's efetivamente utilizados pelos empregados designados à execução dos serviços.

12.1.11. Caberá ao **LICITANTE VENCEDOR** fornecer, obrigatoriamente, sem ônus para os profissionais alocados, os uniformes e complementos adequados, conforme especificações, periodicidade e quantidades constantes do **ANEXO IV É ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste projeto básico.

12.1.11.1. O modelo dos uniformes que serão disponibilizados deverá ser previamente submetido à análise do **TRIBUNAL**, através da COSEC, para sua aprovação, ou proposição de alterações.

12.1.11.2. Cada entrega do conjunto de uniformes far-se-á mediante ~~%~~Recibo de Entrega+assinado pelo profissional cedido, elaborado em três vias, sendo uma para o **LICITANTE VENCEDOR**, uma para o empregado alocado e uma a ser encaminhada à COSEC.

12.1.11.3. Caberá ao **LICITANTE VENCEDOR** apresentar à COSEC, mensalmente, e para fins de fiscalização, os comprovantes de entrega dos uniformes, constando data e assinatura dos empregados admitidos no período mensal.

12.1.11.4. A critério do **TRIBUNAL**, mediante comprovação formal da necessidade, poderão ser fornecidos uniformes e complementos aos profissionais alocados em outra periodicidade que não a prevista no **ANEXO IV É ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste projeto básico.

12.1.12. Os crachás de acesso dos profissionais às dependências das unidades do **TRIBUNAL**, atendidas por esta prestação de serviços, cujo fornecimento é de responsabilidade do **LICITANTE VENCEDOR**, serão confeccionados com fotografia recente do empregado e tarja magnética, conforme modelo previamente aprovado pela COSEC, devendo ser, obrigatoriamente, recolhidos e entregues à COSEC, no prazo máximo de 01 (um) mês do término do contrato de trabalho dos profissionais alocados nesta contratação.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

12.1.13. Será também de responsabilidade do **LICITANTE VENCEDOR** fornecer aos seus profissionais, sem repasse de qualquer ônus aos mesmos, todos os Equipamentos de Proteção Individual . EPI e/ou Equipamentos de Proteção Coletiva . EPC exigidos pelas normas de Segurança do Trabalho, ministrando treinamento de utilização, nos casos necessários, e obrigando-os a utilizá-los durante os serviços.

12.1.14. Compete ao **LICITANTE VENCEDOR** encaminhar à COSEC, até o décimo - primeiro mês de vigência contratual, na hipótese de manifestação formal das partes para prorrogação do contrato, escala com o período de usufruto das férias regulamentares de todos os profissionais alocados.

12.1.14.1. A escala de férias deverá ser elaborada de forma a não prejudicar o andamento dos trabalhos habituais.

12.1.15. O **LICITANTE VENCEDOR**, mediante solicitação da COSEC, deverá registrar as ocorrências e efetuar as substituições dos profissionais que entrarem em férias, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

12.1.16. No período de férias, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá repor a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, substituindo um profissional por outro. Caso o profissional manifeste o interesse em converter 1/3 (um terço) de suas férias em abono pecuniário, o seu substituto irá laborar por vinte dias, que, somados aos dez dias convertidos em abono pecuniário, totalizará os trinta dias que serão reembolsados pelo **TRIBUNAL**.

12.1.17. Para fins de acompanhamento das substituições de profissionais em férias regulamentares o **LICITANTE VENCEDOR** deverá encaminhar à COSEC a relação contendo nome dos profissionais substituídos e substitutos e o recibo de concessão do aviso de férias.

12.1.18. Cabe ao **LICITANTE VENCEDOR** providenciar, imediatamente, as substituições de profissionais que se ausentarem das atividades por licença-paternidade, licença-maternidade, licença-médica, ou outro afastamento legal, comunicando a ausência do cumprimento deste encargo à COSEC, em até 03 (três) dias úteis da ocorrência.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

12.1.19. Em todos os casos de substituição, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá encaminhar os profissionais substitutos para os locais de trabalho mediante formulário próprio de apresentação, onde constará obrigatoriamente: o nome completo do empregado substituto e do empregado substituído, a qualificação, a ocupação e jornada de trabalho, o motivo da substituição e, quando possível, a data de início e término da substituição.

12.1.19.1. O formulário de apresentação do empregado substituto deverá ser elaborado em duas vias, sendo uma dirigida ao setor de prestação dos serviços, nos termos descritos acima, e outra à COSEC.

12.1.20. O **LICITANTE VENCEDOR** fica obrigado a substituir no prazo estipulado pelo **TRIBUNAL**, na autorização emitida pela COSERG, qualquer empregado em serviço, cuja apresentação, saúde, conduta moral ou profissional, sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes, ou insatisfatórias, ou aqueles que, por qualquer forma, não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços.

12.1.20.1. No cumprimento desse encargo, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá assegurar que todo profissional que cometer falta disciplinar, ou não estiver atendendo ao serviço contratado, será retirado do local de trabalho ou quaisquer outras instalações do **TRIBUNAL**.

12.1.21. Cabe ao **LICITANTE VENCEDOR** arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços, abrangidos: os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais, os benefícios obrigatórios e legais concedidos aos profissionais alocados, inclusive vale-transporte e vale-lanche.

12.1.22. Caberá ao **LICITANTE VENCEDOR** remunerar os profissionais de acordo com os salários definidos no **ANEXO VI É PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO** deste projeto básico, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.

12.1.22.1. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá excluir do faturamento mensal os dias de faltas não justificadas dos profissionais alocados, os salários daqueles que o **TRIBUNAL** colocar à sua disposição, e dos que receberem benefícios do INSS (licença-maternidade, auxílio-enfermidade, auxílio acidente do trabalho, etc.).



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

12.1.22.2. As despesas não previstas na planilha de custos, consignadas nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias profissionais alocadas na contratação, deverão ser calculadas no percentual da taxa de administração e detalhadas para devidos fins.

12.1.22.3. Constitui obrigação do **LICITANTE VENCEDOR** efetuar o pagamento mensal direto na conta corrente dos seus profissionais, visto que não será permitido pagamento em espécie nas dependências do **TRIBUNAL**.

12.1.23. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá fornecer vales-lanche, no valor facial de R\$ 6,25 (seis reais e vinte e cinco centavos), que serão entregues no ato da admissão e depois no último dia de cada mês da prestação de serviços, observados os dias efetivamente trabalhados, deduzida a participação do profissional, no percentual de 20% (vinte por cento) do valor facial por mês, bem como as ausências decorrentes de férias, faltas, afastamentos legais e ou licenças.

12.1.24. Para fins de acompanhamento da concessão dos vales-lanche, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá encaminhar à COSERG, os comprovantes de fornecimento dos benefícios, separado por localidade da prestação de serviços.

12.1.25. Compete ao **LICITANTE VENCEDOR** conceder vales-transporte, ou valor em pecúnia aos profissionais, na forma da legislação aplicável.

12.1.26. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá providenciar, nos moldes previstos nas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, contratação de seguro de vida em grupo, com auxílio funeral e auxílio familiar para seus profissionais, devendo apresentar à COSERG o comprovante da contratação do benefício, no início da prestação de serviços, e declaração de adimplemento dos pagamentos dos mesmos, a cada mês, para fins de fiscalização do contrato.

12.1.27. Cabe ao **LICITANTE VENCEDOR** encaminhar ao local de trabalho quaisquer comprovantes de pagamento devidos aos seus empregados, tais como: vale-transporte, vale-lanche, contra cheques, bem como o conjunto de uniformes.

12.1.28. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá fornecer o contra cheque aos empregados até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

12.1.29. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá fornecer, por meio eletrônico, a relação nominal dos profissionais que atuarão junto ao **TRIBUNAL**, contendo os dados descritos abaixo, comunicando toda e qualquer alteração que venha a ocorrer posteriormente:



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

- nome completo;
- endereço residencial, telefone e e-mail, se houver;
- registro profissional nas entidades afins, quando for o caso;
- CPF e RG;
- data de admissão pelo **LICITANTE VENCEDOR**;
- data de início da prestação de serviços no **TRIBUNAL**;
- ocupação;
- horário de trabalho; e,
- local da prestação dos serviços.

12.1.30. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá fornecer à COSERG, obrigatoriamente, no máximo até 30 (trinta) dias após assinatura do instrumento contratual, relação informando a qual entidade sindical pertencem os funcionários que serão alocados para a execução do objeto deste certame, bem como as informações referentes às convenções coletivas e dissídios salariais.

12.1.31. Compete ao **LICITANTE VENCEDOR** encaminhar, mensalmente, à GERÊNCIA DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS INFORMATIZADOS . GESAD, os arquivos de dados com as informações constantes da folha de pagamento, bem como aquelas referentes a outros benefícios concedidos aos profissionais que prestam serviços através desta contratação, nos formatos estabelecidos pelo **TRIBUNAL**.

12.1.32. É de responsabilidade do **LICITANTE VENCEDOR** enviar, mensalmente, à COSERG:

- a) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social . GFIP, do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados constantes do contrato. Relativamente aos seus documentos integrantes:
- I) Protocolo do Conectividade Social;
 - II) Guia de Recolhimento do FGTS . GRF do mês de competência da prestação de serviços, e respectivo comprovante bancário de recolhimento;
 - III) Relação de Empregado por Tomador de Serviços . RET (específico para o Tomador);



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

- IV) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP . RE, com resumo do fechamento (específico para o Tomador);
- V) Comprovante de Declaração à Previdência Social (específico para o Tomador);
- VI) Comprovante de Solicitação de Retificação para o FGTS, quando ocorrer;
- VII) Comprovante de solicitação de Exclusão, quando ocorrer;
- VIII) A REC, a RET, o Comprovante de Declaração à Previdência, a Confissão de Não Recolhimento de FGTS e de Contribuição Social, a Declaração de Ausência de Fato Gerador para Recolhimento FGTS, a Retificação/Protocolo de Dados do FGTS e o Comprovante/Protocolo de Solicitação de Exclusão, quando ocorrer, devem ser impressos para apresentação ao **TRIBUNAL**.

12.1.33. Encaminhar à COSERG, **no início da prestação dos serviços, e/ou a cada nova admissão**, os documentos específicos relacionados a ela e aos profissionais pertencentes ao seu quadro funcional, conforme descrição abaixo:

- a) Contrato de trabalho;
- b) Ficha de registro dos profissionais e das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social, comprovando o registro do empregado;
- c) comprovante do cadastramento dos empregados no regime do PIS/PASEP;
- d) documento que comprove o recebimento de equipamento de proteção individual ou coletiva, se o serviço exigir;
- e) Atestado de saúde ocupacional (ASO), exigível por força da Norma Regulamentadora nº. 7, subitem 7.4.4., anexo à Portaria nº. 3.214, de 8 de junho de 1978¹, nas seguintes situações: admissional, periódico, demissional e retorno ao trabalho;
- f) Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho aplicáveis às categorias profissionais envolvidas na contratação, observada rigorosamente a data de vigência dos mesmos;
- g) Regulamento interno do **LICITANTE VENCEDOR**, se houver;

¹ Norma Regulamentadora nº. 7, subitem 7.4.4., anexo à Portaria n.º 3214, de 8 de junho de 1978, aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

- h) Comprovante de opção de fornecimento do vale-transporte, com a quantidade a ser fornecida mensalmente e o valor correspondente, quando for o caso;
- i) Comunicado de Acidente do Trabalho (CAT), na hipótese de ocorrência.

12.1.34. **Durante a prestação dos serviços**, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá encaminhar à **COSERG**, quando devidamente solicitado:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) . cópias das páginas com anotações;
- b) Cartão, ficha, ou livro de ponto assinado pelo empregado, constando as horas normais e extraordinárias trabalhadas;
- c) Recibo de concessão do aviso de férias;
- d) Comprovante da entrega da RAIS² e de que o trabalhador dela fez parte, quando for o caso;
- e) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados . CAGED;
- f) Certidões negativas de débito salarial emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

12.1.35. Os documentos a serem apresentados pelo **LICITANTE VENCEDOR** poderão ser remetidos em formato pdf, ou outro equivalente, bem como através da apresentação de originais, cópias autenticadas, ou ainda, cópias acompanhadas dos originais, para fins de autenticação pelos **FISCAIS** do contrato.

12.1.35.1. Sem prejuízo dos documentos exigidos neste projeto básico, o **TRIBUNAL** se reserva o direito de, quando assim entender necessário, conveniente e oportuno, solicitar ao **LICITANTE VENCEDOR**, quaisquer outros documentos para fins de comprovação da regularidade e cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos profissionais que prestam, ou prestaram serviços em razão deste instrumento.

12.1.35.2. Caberá ao **LICITANTE VENCEDOR** apresentar os documentos no prazo estabelecido pelo **TRIBUNAL**.

12.1.36. Ainda compete ao **LICITANTE VENCEDOR** arcar com o fornecimento de todo o material necessário à execução dos serviços contratados, tais como: saneantes domissanitários, artigos de higiene e limpeza, materiais, máquinas e equipamentos,

² Relação Anual de Informações Sociais . RAIS, instituída pelo Decreto nº. 76.900, de 23/12/75.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ferramentais e utensílios, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

12.1.36.1. A título de definição, saneantes domissanitários devem ser qualificados como substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

- a) Desinfetantes: destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
- b) Detergentes: biodegradáveis, destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;
- c) Material de higiene: papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido.

12.1.36.1.1. São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

12.1.36.2. Constitui obrigação do **LICITANTE VENCEDOR** fornecer todos os recipientes para acondicionamento dos sabonetes líquidos, dos papéis toalha e papel higiênico (tipo rolo).

12.1.36.3. O abastecimento dos insumos necessários à completa execução dos serviços contratados deverá, obrigatoriamente, ser realizado por representante do **LICITANTE VENCEDOR**, não se admitindo a remessa de numerário para aquisição no comércio local por parte dos profissionais alocados.

12.1.36.4. Os produtos de consumo deverão ser acondicionados em recipientes específicos e apropriados, não se admitindo o reaproveitamento de embalagens originalmente utilizadas para outros fins.

12.1.36.5. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá encaminhar amostras dos produtos para a COSEC, juntamente com devidos registros na ANVISA / Ministério da Saúde, laudo técnico e laboratorial do papel toalha e higiênico, com comprovação de fabricação em material 100% celulose.

12.1.36.6. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá identificar todas as máquinas, equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do **TRIBUNAL**.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

12.1.36.6.1. As máquinas e os equipamentos, inclusive todos os acessórios, discos para lavagem, suporte para enceradeira, escovas, deverão estar em perfeitas condições de funcionabilidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações elétricas das unidades do **TRIBUNAL**.

12.1.36.6.2. Caso haja a necessidade de retirada de algum dos equipamentos para manutenção, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá fornecer outro, evitando, assim, a interrupção na execução dos serviços.

12.1.36.7. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá assegurar que seus profissionais observem conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

12.1.36.8. Compete ao **LICITANTE VENCEDOR** responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, efetuando-os de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e orientações do instrumento convocatório e seus anexos, reparando e corrigindo, às suas expensas, no total ou em parte, e no prazo fixado pelo **TRIBUNAL**, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

12.1.36.9. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços avençados se realizem com esmero e perfeição, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, bem como dos padrões de segurança, conforme Normas Regulamentadoras - NR da Portaria nº. 3.214, de 08/06/78, da Consolidação das Leis do Trabalho . C.L.T. e demais legislação concernente ao objeto contratado.

12.1.36.10. Observar as determinações constantes da Portaria nº. 3.214/78, e suas alterações posteriores, emitida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho/SESMT), quanto à obrigação de atender às exigências relacionadas à constituição e manutenção de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes/CIPA no local da prestação dos serviços, implementação de Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional/PCMSO, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais/PPRA, e observância das demais normas reguladoras do exercício da profissão, em função de sua condição de Empregadora.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

12.1.36.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração, inclusive quanto à prevenção de incêndios e às de segurança e medicina do trabalho.

12.1.36.12. Acatar a fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, dirimindo todas as ocorrências.

12.1.36.13. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo **LICITANTE VENCEDOR**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.1.36.14. O **LICITANTE VENCEDOR**, na qualidade de empregador exclusivo, responderá, em juízo, ou fora dele, para todos os efeitos de direito, cabendo-lhe assumir inteira responsabilidade:

- a) por todos os atos de negligência de seus empregados, praticados durante o horário de trabalho;
- b) por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre o **LICITANTE VENCEDOR** e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja no âmbito trabalhista, previdenciário, social, de caráter securitário ou qualquer outro, obrigando-se a saldá-los na época própria;
- c) por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas em dependências do **TRIBUNAL**;
- d) pelos encargos de possível demanda trabalhista, civil e administrativa, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- e) pelas multas e indenizações aplicadas ao **TRIBUNAL** por autoridade competente, pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, ou por qualquer outro órgão fiscalizador dos serviços contratados, em decorrência:
 - do descumprimento das obrigações relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais resultantes da execução do contrato;



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

- do descumprimento da legislação específica, de regulamentos e de posturas municipais; e,
 - da inobservância, por parte de seus profissionais, de leis, decretos, normas de segurança do trabalho, regulamentos e posturas municipais.
- f) pela violação de sigilo dos documentos, processo e assuntos internos do **TRIBUNAL**;
- g) pelo uso indevido de informações sigilosas, ou de uso restrito;
- h) por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do **TRIBUNAL**, provocados por ineficiência ou irregularidades na execução dos serviços ora contratados;
- i) por quaisquer danos materiais ou pessoais, direta ou indiretamente, ocasionados ao **TRIBUNAL**, ao seu patrimônio, ao **LICITANTE VENCEDOR**, ou a terceiros, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados ou PREPOSTO, na execução dos serviços, ou na área de prestação de serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste termo, sendo sua obrigação:
- I - avisar ao **TRIBUNAL**, imediatamente, após tomar conhecimento da ocorrência, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade, ou que estejam sob a responsabilidade do **LICITANTE VENCEDOR**, do **TRIBUNAL**, ou de terceiro;
 - II - apurar, sem prejuízo das providências adotadas pela Administração, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do **TRIBUNAL**, inclusive nas situações descritas anteriormente;
 - III - guardar, segurar e proteger todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, de propriedade do **LICITANTE VENCEDOR**, utilizados nos serviços; e,
 - IV - manter conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, de forma que eles se apresentem em perfeitas condições de uso.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

12.1.36.15. A inadimplência do **LICITANTE VENCEDOR**, com referência aos encargos estabelecidos neste projeto básico, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **TRIBUNAL**, nem poderá onerar o objeto contratado, razão porque as partes contratantes renunciam expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva.

12.1.36.16. Na hipótese do **TRIBUNAL** arcar com o pagamento de alguma despesa advinda de conduta que esteja sob a responsabilidade do **LICITANTE VENCEDOR**, esta se obriga a promover o respectivo ressarcimento a preços atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comprovação da responsabilidade.

12.1.36.17. Caso o **LICITANTE VENCEDOR** não execute o ressarcimento dentro do prazo estipulado, o **TRIBUNAL** reserva-se ao direito de descontar o valor do pagamento dos créditos vencidos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

12.1.36.18. Este projeto básico não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o **TRIBUNAL** e os agentes, PREPOSTO, profissionais, ou demais pessoas do **LICITANTE VENCEDOR** designadas para a execução dos serviços.

12.1.36.19. É vedado, durante toda a execução do contrato:

- a) subcontratar o todo ou parte do serviço, sob pena de aplicação de sanções administrativas e rescisão prevista neste projeto básico;
- b) caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem autorização expressa do **TRIBUNAL**;
- c) interromper a execução dos serviços sob a alegação de inadimplemento por parte do **TRIBUNAL**, salvo nos casos previstos em lei;
- d) responsabilizar o **TRIBUNAL** por compromisso assumido pelo **LICITANTE VENCEDOR** com terceiros, envolvendo ou não os profissionais alocados na prestação dos serviços.

12.2. Constitui obrigação do **TRIBUNAL**:

12.2.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste projeto básico.

12.2.2. Fiscalizar através de seus FISCAIS designados, nos termos do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo **LICITANTE VENCEDOR**, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo **TRIBUNAL**, não devem ser interrompidos.

12.2.3. Expedir ao PREPOSTO do **LICITANTE VENCEDOR**, através da COSERG e da COSEC, autorização escrita para início da execução dos serviços.

12.2.4. Transmitir ao PREPOSTO do **LICITANTE VENCEDOR**, através da COSERG e/ou da COSEC, conforme o caso, as instruções necessárias à realização dos serviços.

12.2.5. Elaborar cronograma de execução de serviços, através da COSERG e/ou da COSEC, conforme o caso, estabelecendo a programação da execução das atividades, bem como as respectivas alterações, observada a necessidade e conveniência administrativa.

12.2.6. Disponibilizar o local para a execução dos serviços.

12.2.7. Deverá notificar o **LICITANTE VENCEDOR**, para que este coloque dentro da sua rotina se serviço de seus profissionais lotados nas dependências deste **TRIBUNAL**, a verificação e o desligamento das luzes das salas desocupadas após as 18h30min.

12.2.8. Permitir e assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso e a movimentação dos profissionais do **LICITANTE VENCEDOR** às instalações onde os serviços serão prestados, desde que devidamente uniformizados, quando for o caso, e identificados por meio de crachá.

12.2.9. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços.

12.2.10. Prestar ao **LICITANTE VENCEDOR** as informações e os esclarecimentos necessários à plena execução do objeto deste projeto básico.

12.2.11. Comunicar ao **LICITANTE VENCEDOR** qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-la.

12.2.12. Comunicar ao **LICITANTE VENCEDOR**, imediatamente, a ocorrência de qualquer acidente com os profissionais alocados por ela.

12.2.13. Efetuar os pagamentos mensais devidos pela execução dos serviços, cumprindo os prazos determinados, desde que observadas às formalidades legais e exigências deste projeto básico.

12.2.14. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de profissional do **LICITANTE VENCEDOR** que estiver sem uniforme, equipamentos e/ou



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

13. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Fica designado como GESTOR do contrato pelo **TRIBUNAL** o servidor efetivo ocupante do cargo de Gerente, na GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS GERAIS . GESEG, conforme determina o art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93.

13.2. Para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, na qualidade de FISCAIS, ficam designados pelo **TRIBUNAL** os servidores efetivos ocupantes dos cargos de Coordenador na COSERG e na COSEC.

13.3. Durante o período de vigência contratual, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá manter, diariamente, entre 08 e 19 horas, pelo menos um PREPOSTO, aceito pela Administração do **TRIBUNAL**, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, bem como para gerenciar os profissionais envolvidos na prestação de serviços, conforme previsão do art. 68 da Lei Federal nº. 8.666/93.

13.4. A indicação do PREPOSTO pelo **LICITANTE VENCEDOR** ocorrerá através de declaração escrita, contendo o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à qualificação profissional do empregado indicado.

13.5. Na qualidade de representante administrativo do **LICITANTE VENCEDOR**, o PREPOSTO aceito pelo **TRIBUNAL** terá competência para receber comunicações, prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e tomar decisões sobre a execução do contrato, devendo reportar-se unicamente ao GESTOR e/ou FISCAIS do contrato.

13.6. Ao PREPOSTO indicado pelo **LICITANTE VENCEDOR** caberá comandar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, devendo para tanto:

- a)** Garantir o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que não devem ser interrompidos, ressalvados os casos de força maior, justificados pelo **LICITANTE VENCEDOR** e aceitos pelo **TRIBUNAL**;



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

- b) Administrar todo e qualquer assunto que envolva a prestação dos serviços nas dependências do **TRIBUNAL**;
- c) Estar sempre em contato com os órgãos de fiscalização do **TRIBUNAL**, adotando as providências requeridas quanto à execução dos serviços;
- d) Cuidar da disciplina dos profissionais alocados, diligenciando para que os mesmos executem unicamente as tarefas pertinentes ao objeto contratado, conforme exigências previstas no **ANEXO IV É ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste projeto básico, observando-se as peculiaridades dos serviços, com vistas a assegurar a sua perfeita execução e evitar o desvio de função;
- e) Diligenciar para que os profissionais alocados não se afastem de seus afazeres, principalmente para atender a chamados, ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- f) Garantir que seus profissionais ajam com cordialidade e respeito quando do atendimento ao público interno e externo;
- g) Comunicar ao **TRIBUNAL**, por escrito, qualquer irregularidade ou anormalidade observada no local da prestação dos serviços;
- h) Avisar ao **TRIBUNAL**, imediatamente, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade, ou que estejam sob a responsabilidade do **LICITANTE VENCEDOR**, do **TRIBUNAL**, ou de terceiros;
- i) Apurar, sem prejuízo das providências adotadas pela Administração, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do **TRIBUNAL**, inclusive nas situações descritas anteriormente;
- j) Prestar esclarecimentos, independentemente de solicitação, sobre outros eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam o **LICITANTE VENCEDOR**;
- k) Encaminhar à COSERG e/ou à COSEC, conforme o caso, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços.

13.7. Ainda para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, todos os edifícios do **TRIBUNAL** deverão ser visitados pelo PREPOSTO indicado pelo



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

LICITANTE VENCEDOR, pelo menos uma vez a cada mês e sempre que solicitado por este **TRIBUNAL**.

13.7.1. O PREPOSTO indicado pelo **LICITANTE VENCEDOR** poderá delegar essa atribuição de visitar os edifícios do **TRIBUNAL** a SUPERVISORES que não pertençam ao quadro de terceirizados cedidos ao **TRIBUNAL**, através da presente contratação.

13.8. Cabe ao **LICITANTE VENCEDOR** encaminhar à COSEC, trimestralmente, relatório de acompanhamento da execução do contrato, conforme modelo constante do **ANEXO XIV É RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS**, atestando as condições da prestação dos serviços e, se for o caso, sugerindo melhorias e destacando as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual.

13.9. O **LICITANTE VENCEDOR** também deverá encaminhar à COSEC, mensalmente, relatório de acompanhamento mensal das substituições dos profissionais alocados na contratação, conforme modelo constante do **ANEXO XV É RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DAS SUBSTITUIÇÕES DE PROFISSIONAIS**, atestando as condições das substituições de profissionais.

13.9.1. Os relatórios descritos no subitem anterior deverão ser preenchidos, de maneira clara e concisa, pelo Superior Hierárquico da unidade que recebe os serviços, ou por responsável por ele designado, no âmbito da Secretaria do **TRIBUNAL**; pelo Juiz Diretor do Foro, ou também por representante indicado por esse, na esfera da Justiça de 1ª Instância, bem como pelo PREPOSTO da **LICITANTE VENCEDOR**, ou por SUPERVISOR por ele designado.

13.10. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá disponibilizar aos seus profissionais números telefônicos para localização imediata de seu PREPOSTO, bem como fornecer números telefônicos, e-mails, *Pager*, ou outros meios legalmente eficazes, para contato das unidades administrativas com o PREPOSTO, ainda que fora do expediente normal de trabalho, sem quaisquer custos adicionais para o **TRIBUNAL**.

13.11. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá manter escritório administrativo na Capital do Estado de Minas Gerais.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

13.12. O **TRIBUNAL** comunicará, por escrito, as deficiências e as irregularidades de qualquer natureza porventura verificadas na execução dos serviços e no descumprimento de cláusulas contratuais, que sejam de responsabilidade do **LICITANTE VENCEDOR**, estabelecendo prazo para as correções, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.13. Os **FISCAIS** indicados pelo **TRIBUNAL** deverão reportar-se, preferencialmente, ao PREPOSTO indicado pelo **LICITANTE VENCEDOR**, ou a seus procuradores, quando se tratar de ciência das ocorrências e de assuntos relacionados à administração da execução do contrato.

13.14. A administração e a fiscalização do **TRIBUNAL** não farão cessar ou diminuir a responsabilidade do **LICITANTE VENCEDOR** pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

13.15. A ocorrência de danos ou irregularidades na execução do contrato não implicará co-responsabilidade do **TRIBUNAL**.

13.16. Não obstante o **LICITANTE VENCEDOR** seja o único e exclusivo responsável pela execução de todos os serviços, o **TRIBUNAL** se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente, ou pelo GESTOR ou pelos FISCAIS designados.

14. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. As despesas da contratação previstas neste projeto básico estão estimadas conforme quadro abaixo:

LOTES	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
LOTE 1		

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Os recursos necessários à liquidação da despesa correrão à conta da dotação orçamentária própria.

16. FATURAMENTO DOS SERVIÇOS

16.1. Para fins de conferência do **TRIBUNAL**, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá encaminhar à COSERG o demonstrativo dos valores a serem faturados,



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

correspondentes aos serviços efetivamente prestados, ou aos créditos previstos neste projeto básico.

16.2. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá apresentar a nota fiscal/fatura discriminada, emitida após o primeiro e, no máximo, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao da prestação realizada.

16.3. FATURA MENSAL:

16.3.1. Valor: corresponderá ao previsto no **SUBGRUPO A.1 - SALÁRIOS**, considerado o total de mão-de-obra utilizada para a prestação dos serviços contratados, deduzidas as ocorrências arroladas no mês, tais como, faltas, admissões, demissões, férias, etc., acrescido dos percentuais referentes ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS E TRABALHISTAS**, dos valores do **GRUPO C Ë LUCRO E DESPESAS INDIRETAS Ë LDI** e dos valores do **GRUPO D Ë INSUMOS**. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

16.3.2. Documentos Necessários:

- a) Folhas de pagamento, analítica e sintética, dos profissionais alocados, constando às rubricas: %~~S~~alário+, %~~F~~érias+, %~~A~~bono Constitucional de Férias+, %~~13º~~ Salário+, %~~A~~dicional Noturno+ e %~~H~~oras Extras+, conforme o caso, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o **TRIBUNAL**, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;
- b) Comprovante de depósito bancário;
- c) Relação das ocorrências do mês, como: data de início ou término do contrato de trabalho, férias, afastamentos por motivo legal e relação dos profissionais que recebem benefícios do INSS, faltas e repouso semanal remunerado, com respectivos valores, contendo nome, matrícula, salário-base;
- d) Declaração firmada pelo representante legal e pelo contador/responsável pelo setor de Recursos Humanos do **LICITANTE VENCEDOR**, com assinaturas identificadas, nos seguintes termos: %~~D~~eclaremos, sob as penas da Lei, que a folha de pagamento pertinente à competência MM/AAAA, entregue a este Tomador, contém todos os nomes e respectivas remunerações pagas, devidas ou creditadas a todos os



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

empregados que prestaram serviços na execução do contrato firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sob o nº. xxx, tendo sido quitada na sua integralidade.‰

- e) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social . GFIP, do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados alocados na contratação.

16.4. ADICIONAL NOTURNO:

16.4.1. **Valor:** corresponderá ao percentual aplicado pela Convenção Coletiva de Trabalho da ocupação correspondente sobre o valor do salário-hora normal diurna dos empregados, multiplicada pela quantidade de horas trabalhadas, conforme folha de pagamento, acrescido do percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS E TRABALHISTAS**. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

16.4.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósito bancário;
- b) Declaração firmada pelo representante legal e pelo contador/responsável pelo setor de Recursos Humanos do **LICITANTE VENCEDOR**, com assinaturas identificadas, nos seguintes termos: %Declaramos, sob as penas da Lei, que o adicional noturno, pertinente à competência MM/AAAA, devido a todos os segurados que prestaram serviços na execução do contrato firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sob o nº. xxx, foi quitado na sua integralidade.+

16.5. SUBSTITUIÇÃO DE FALTAS E AFASTAMENTOS LEGAIS (@15 DIAS)

16.5.1. **Valor:** O percentual referente a esta rubrica, calculado sobre o valor do **GRUPO A Ë REMUNERAÇÃO** será repassado mensalmente para o **LICITANTE VENCEDOR**, juntamente com o faturamento do mês de competência da prestação dos serviços.

16.6. ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS:

16.6.1. **Valor:** O valor desta rubrica será repassado quando da ocorrência das férias. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá conceder ao empregado o valor correspondente a 1/3 constitucional. Sobre o valor apurado incidirão os percentuais



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

referentes ao **SUBGRUPO B.1 - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, e por fim os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

16.6.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósito bancário;
- b) Declaração firmada pelo representante legal e pelo contador/responsável pelo setor de Recursos Humanos do **LICITANTE VENCEDOR**, com assinaturas identificadas, nos seguintes termos: %Declaramos, sob as penas da Lei, que o abono constitucional de férias, pertinente à competência MM/AAAA, devido a todos os segurados que prestaram serviços na execução do contrato firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sob o nº. xxx, foi quitado na sua integralidade.+

16.7. 13º SALÁRIO:

16.7.1. Valor: O valor desta rubrica será repassado quando da ocorrência. Sobre o valor apurado incidirão os percentuais referentes ao **SUBGRUPO B.1 - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, e por fim os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá efetuar o pagamento com os empregados em duas parcelas, sendo a primeira parcela no percentual de 50% em julho e a segunda parcela em dezembro.

16.7.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósitos bancários desses valores;
- b) Declaração firmada pelo representante legal e pelo contador/responsável pelo setor de Recursos Humanos do **LICITANTE VENCEDOR**, com assinaturas identificadas, nos seguintes termos: %Declaramos, sob as penas da Lei, que a folha de pagamento do 13º salário entregue a este Tomador, pertinente à competência MM/AAAA, contém todos os nomes e respectivas remunerações pagas, devidas ou creditadas a todos os profissionais que prestaram serviços na execução do contrato firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sob o nº. xxx, foi quitada na sua integralidade.%

16.8. SUBSTITUIÇÃO DE FALTAS E AFASTAMENTOS LEGAIS (SUPERIOR A 15 DIAS):

16.8.1. Valor: O valor desta rubrica será devido no caso de ocorrer substituição de faltas e afastamentos legais superior a 15 dias, quando o **LICITANTE VENCEDOR**



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

deverá repor a mão-de-obra necessária à execução dos serviços. Para o cálculo do valor de reembolso desta prestação de serviços serão consideradas todas as incidências trabalhistas legais. Incidirão também os percentuais referentes ao **SUBGRUPO B.1 - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS** e por fim os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

16.8.2. Documentos Necessários:

- a) Relação contendo nome dos profissionais substituídos e substitutos;
- b) Comprovante de depósito bancário;
- c) Folhas de pagamento, analítica e sintética, dos empregados alocados, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o **TRIBUNAL**, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;

16.9. SUBSTITUIÇÃO DE FÉRIAS

16.9.1. Valor: O valor desta rubrica será devido no caso de ocorrer substituição de férias, quando o **LICITANTE VENCEDOR** deverá repor a mão-de-obra necessária à execução dos serviços. Para o cálculo do valor de reembolso desta prestação de serviços serão consideradas todas as incidências trabalhistas legais. Incidirão também os percentuais referentes ao **SUBGRUPO B1 - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS** e por fim os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

16.9.2. Documentos Necessários:

- a) Folhas de pagamento, analítica e sintética, dos empregados alocados, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o **TRIBUNAL**, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;
- b) Comprovante de depósito bancário;
- c) Relação contendo nome dos profissionais substituídos e substitutos;
- d) Formulário próprio de apresentação, onde constará obrigatoriamente: o nome completo do empregado substituto e do empregado substituído, a qualificação, a ocupação e jornada de trabalho, o motivo da substituição e, quando possível, a data de início e término da substituição.

16.10. INSUMOS - Ferramental para Jardim, Máquinas e Equipamentos, Materiais de Consumo, Produtos de Limpeza e Uniformes/EPI's/EPC's (inclusive para substituto):



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

16.10.1. Valor: Os valores referentes a esta rubrica serão repassados mensalmente para o **LICITANTE VENCEDOR**, juntamente com o faturamento do mês de competência da prestação dos serviços.

16.11. VALE-LANCHE

16.11.1. Valor: Os vales-lanche, no valor facial de R\$ 6,25 (seis reais e vinte e cinco centavos), serão fornecidos a todos os empregados alocados na prestação de serviços, conforme quantidade de dias efetivamente trabalhados. O valor previsto em Lei, referente à participação do empregado sobre os vales-lanche fornecidos equivalerá ao percentual de 20% (vinte por cento) do valor facial mensal. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

16.11.2. Documentos Necessários:

- e) Relação, emitida pela empresa fornecedora dos vales-lanche, de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou;
- f) Comprovante de fornecimento dos vales-lanche, separado por localidade da prestação de serviços;
- g) Comprovante de cadastramento do **LICITANTE VENCEDOR** ao Programa de Alimentação do Trabalhador . PAT.

16.12. VALE-TRANSPORTE:

16.12.1. Valor: corresponderá à diferença entre o valor facial do vale-transporte e a participação do empregado. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

16.12.2. Documentos Necessários:

- a) Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-transporte de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou;
- b) Comprovante do depósito efetuado diretamente na conta bancária do profissional, nos locais que não exista bilhetagem eletrônica;
- c) Outro meio documental hábil previamente aprovado pelo **TRIBUNAL**.

16.13. PAF É PROGRAMA DE ASSISTENCIA FAMILIAR:

16.13.1. Valor: Corresponderá ao valor aplicado pela Convenção Coletiva de Trabalho multiplicado pela quantidade empregados alocados. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.



16.13.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante do recolhimento.

16.14. **PQM É PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E MARKETING**

16.14.1. Documentos Necessários:

- a) Comprovante do recolhimento.

16.15. **HORA EXTRA AUTORIZADA:**

16.15.1.1. Valor: corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho . CCT e pela quantidade de horas praticadas. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **SUBGRUPO B.1. - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.

16.15.1.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósito bancário;
- b) Espelho de ponto devidamente assinado pelo empregado e resumo da apuração das horas extras.

16.16. **VERBAS RESCISÓRIAS:**

16.16.1.1. Valor: O reembolso de verbas rescisórias compreenderá as seguintes rubricas com as obrigações abaixo:

- a) **AVISO PRÉVIO INDENIZADO E REFLEXOS:** corresponderá ao reembolso da parcela desta rubrica, constante do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho . TRCT, acrescido do percentual de incidência do FGTS e INSS, previsto no **SUBGRUPO B.1. É ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (% SOBRE O GRUPO A)**. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS**.
- b) **INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (Art. 18, § 1º, da Lei Federal nº. 8.036/90):** corresponderá ao reembolso de 40% (quarenta por cento) dos depósitos relativos ao FGTS, efetuados durante a vigência do contrato, considerando como depósito inicial o referente ao mês de competência da assinatura do contrato, em consonância com a data de admissão do profissional alocado na prestação dos serviços ora contratados. Os valores dos depósitos deverão estar devidamente



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

corrigidos e sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS.**

c) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Lei Complementar nº. 110/01):

Corresponderá ao reembolso de 10% (dez por cento) dos depósitos relativos ao FGTS, efetuados durante a vigência do contrato, considerando como depósito inicial o referente ao mês de competência da assinatura do contrato, em consonância com a data de admissão do profissional alocado na prestação dos serviços ora contratados. Os valores dos depósitos deverão estar devidamente corrigidos e sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS.**

d) INDENIZAÇÃO ADICIONAL (Art. 9º da Lei Federal nº. 7.238/84):

Corresponderá ao reembolso da parcela desta rubrica, constante do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), acrescido dos percentuais previstos no **GRUPO G . TRIBUTOS.**

16.16.1.2. Documentos Necessários:

- a)** Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho . TRCT, devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acaso devidas;
- b)** Documento comprovando a concessão de aviso-prévio pelo **LICITANTE VENCEDOR**, ou pelo profissional alocado;
- c)** Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro Desemprego, nas hipóteses em que o trabalhador possa requerer o benefício (dispensa sem justa causa, por exemplo);
- d)** Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social (GRFC), em que conste o recolhimento do FGTS, nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa, ou em caso de extinção de contrato por prazo determinado;
- e)** Extrato individualizado do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f)** Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.

17. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

17.1. O processo de liquidação da despesa decorrerá da verificação da efetiva prestação dos serviços, tomada por prazo de execução, o que dará o direito ao



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

LICITANTE VENCEDOR de receber seu crédito, vedada qualquer antecipação de pagamentos ou inclusão de serviços não previstos.

17.2. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas o **LICITANTE VENCEDOR** deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura discriminada.

17.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pelo próprio **LICITANTE VENCEDOR**, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, nas propostas e no próprio instrumento contratual, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

17.4. A nota fiscal/fatura será emitida pelo **LICITANTE VENCEDOR** em inteira conformidade com as exigências contratuais e legais, especialmente as de natureza fiscal/tributária, acrescidas das seguintes informações:

- a) Indicação do objeto contratado;
- b) Indicação do número do instrumento contratual;
- c) Indicação, clara e precisa, dos serviços prestados; e,
- d) Destaque, conforme regulação específica, da base de cálculo, alíquota e valor das retenções incidentes - ISSQN, INSS, IRRF, e outros, se houver.

17.5. O **TRIBUNAL** reserva-se no direito de somente efetuar o pagamento da prestação de serviços contínuos após comprovação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações, cláusulas e condições deste projeto.

17.6. O ateste da fatura correspondente à prestação dos serviços caberá ao FISCAIS da contratação.

17.7. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pelo **TRIBUNAL**, através de sua DIRETORIA EXECUTIVA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA . DIRFIN, em moeda nacional, por meio de ordem bancária, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de apresentação do documento fiscal hábil de cobrança à COSERG.

17.8. Quando da efetivação do pagamento da nota fiscal/fatura serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de quaisquer esferas de governo (federal, estadual/distrital ou municipal), na forma e modo determinado pelo ordenamento jurídico aplicável.

17.9. No primeiro e último meses de vigência contratual, os valores a serem pagos pelo **TRIBUNAL** serão calculados ~~pro~~ ^{pro rata die}, pelo período da efetiva



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

prestação dos serviços, considerando o mês comercial de 30 (trinta) dias para efetuar o cálculo.

17.10. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetuado após a verificação da regularidade do **LICITANTE VENCEDOR** junto à Seguridade Social . CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço . CRF e às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio, ou sede, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas, e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no edital.

17.11. Na hipótese de isenção de algum dos encargos sociais básicos e/ou tributos, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do **GRUPO B e/ou G**.

17.12. No caso de isenção ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo, até o término do contrato ou decisão terminativa.

17.13. Em se tratando de microempresas ou empresas de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, deverão ser deduzidos do **GRUPO B**, os percentuais referentes ao recolhimento das contribuições às Terceiras Entidades, conforme disposto no § 3º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

17.14. Do montante a pagar ao **LICITANTE VENCEDOR** poderá o **TRIBUNAL** deduzir:

- a) O valor proporcional aos dias não justificados pelos profissionais do **LICITANTE VENCEDOR**; e,
- b) Os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pelo **LICITANTE VENCEDOR**, nos termos deste projeto básico.

17.15. O **TRIBUNAL** identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, mormente no que tange a valores dos serviços prestados, deverá devolvê-la ao **LICITANTE VENCEDOR** para as necessárias correções, com as informações referentes aos motivos de sua rejeição, observando que o prazo estabelecido nesta cláusula passará a ser contado a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura devidamente corrigida.

17.16. A devolução de nota fiscal/fatura não aprovada pelo **TRIBUNAL**, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que o **LICITANTE VENCEDOR** suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus profissionais ou fornecedores.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

17.17. Caso o **LICITANTE VENCEDOR** não encaminhe a nota fiscal/fatura e demais documentos ao **TRIBUNAL**, no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

17.18. O pagamento correspondente à última nota fiscal/fatura somente será liberado após o cumprimento de todas as tarefas mensais, bem como a correção de todas as pendências apuradas.

17.19. O **TRIBUNAL** poderá sustar os pagamentos devidos ao **LICITANTE VENCEDOR**, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:

- a) À liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b) À existência de débitos para com o **TRIBUNAL**, quando não coberto pela garantia contratual, ou esta for insuficiente;
- c) À existência de débitos para com terceiros, ou outros de responsabilidade do **LICITANTE VENCEDOR**, relacionados com os serviços contratados e que possam pôr em risco seu bom andamento, ou causar prejuízos materiais, ou morais, ao **TRIBUNAL**;
- d) Ao descumprimento de obrigação relacionada ao objeto deste projeto básico, que possa ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária do **TRIBUNAL**;
- e) A não apresentação da garantia de execução, ou sua apresentação de forma irregular;
- f) À comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal da empresa.

17.20. As ocorrências em espécie não constituem o **TRIBUNAL** em mora, não geram direito à alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços, reservando-se o **TRIBUNAL** ao direito de se utilizar dos pagamentos devidos ao **LICITANTE VENCEDOR**, para cobrir as pendências apuradas.

17.21. O pagamento efetuado pelo **TRIBUNAL** não exclui a responsabilidade do **LICITANTE VENCEDOR** pelo perfeito desempenho na prestação do serviço e de quaisquer irregularidades detectadas durante a vigência contratual.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

17.22. O **TRIBUNAL** poderá realizar glosa de valores de serviços não realizados, na própria fatura, oficiando o **LICITANTE VENCEDOR** sobre as razões que ensejaram o desconto.

18. ENCARGOS MORATÓRIOS DEVIDOS NA HIPÓTESE DE ATRASO DE PAGAMENTO.

18.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o **LICITANTE VENCEDOR** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo **TRIBUNAL**, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação do **LICITANTE VENCEDOR**, e calculados, ~~pro~~ *pro rata tempore*, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{EM} = I \times N \times \text{VP}$$

Na qual:

EM = Encargos monetários;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Em, que:

i = taxa percentual anual no valor de 6%

18.2. A atualização financeira tratada neste item será incluída no faturamento seguinte ao da ocorrência e dependerá de solicitação do **LICITANTE VENCEDOR**.

19. DO REAJUSTAMENTO

19.1. O restabelecimento da relação pactuada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, dar-se-á segundo os critérios abaixo especificados:

- a)** Os valores referentes à remuneração, PAF e PQM previstos neste projeto básico serão reajustados quando ocorrer alteração dos salários das categorias, em decorrência de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho, desde que devidamente registrados e homologados pela DRT-MG, ou ato do Poder Público, vedada à inclusão de



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

antecipações e de benefícios não previstos originariamente. Isso se refletirá nos grupos onde estiver prevista a incidência do valor remuneratório.

- b) O valor do vale-transporte será reajustado quando ocorrer alteração do valor da passagem do transporte coletivo do Município onde o serviço é prestado, desde que o reajuste seja homologado pelos órgãos competentes;
- c) O valor dos benefícios vale-lanche será reajustado quando ocorrer alteração em decorrência de convenção(ões) coletiva(s) de trabalho, desde que devidamente registrada(as) e homologada(s) pela Delegacia Regional do Trabalho . DRT/MG, ou ato do Poder Público.
- d) Os valores relativos ao Lucro e Despesas Indiretas . LDI, máquinas e equipamentos, ferramental, materiais de consumo, produtos de limpeza e higiene e uniformes somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data limite de apresentação da proposta, com aplicação máxima do índice acumulado do IPCA, mediante negociação entre as partes.

19.2. Fica expressamente vedado o reajuste de quaisquer valores referentes ao lucro e despesas indiretas, em prazo inferior a 12 (doze) meses, contados da data limite da apresentação da proposta.

19.3. A proposta de reajuste dependerá de iniciativa do **LICITANTE VENCEDOR**, devendo ser apresentada ao **TRIBUNAL**, em até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato ensejador da variação dos componentes de custo desta contratação.

19.3.1. A inércia do **LICITANTE VENCEDOR** implicará a perda dos valores retroativos a que faria jus, no caso de inobservância do prazo previsto no subitem anterior.

19.4. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando, após a formalização do contrato, se tornarem obrigatórias por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

19.5. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá informar ao **TRIBUNAL** toda alteração de caráter obrigatório e superveniente, decorrente de acordos ou convenções coletivas de trabalho, durante a execução do objeto contratual.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

19.6. Para fins de elaboração do presente projeto básico foram considerados os valores dos benefícios e o reajuste salarial implementado pelas Convenções Coletivas de Trabalho 2010 celebradas entre o Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios, em Empresas de prestação de Serviços em Asseio, Conservação, Higienização, Desinsetização, Portaria, Vigia e dos Cabineiros de Belo Horizonte . SINDEAC.

20. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

20.1. Serão permitidas alterações contratuais nos termos do art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

21. DA EXECUÇÃO, DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE DA CONTRATAÇÃO

21.1. O prazo de vigência do contrato de prestação de serviços decorrente do processo licitatório nº. ____ será de 15 (quinze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, sendo 12 (doze) meses relativos ao prazo de execução dos serviços, acrescido a esse período de execução 03 (três) meses, ou seja, 90 (noventa) dias referentes à extensão do prazo de garantia contratual, para fins de verificação da conformidade de execução e cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, podendo este prazo ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

21.2. No caso de prorrogação do prazo contratual, o **TRIBUNAL** se reserva o direito de exigir, durante todo o período de prorrogação, o mesmo atendimento prestado no decorrer da vigência do termo inicial.

21.3. Caso o **LICITANTE VENCEDOR** não tenha interesse em renovar o contrato, deverá manifestar formalmente sua intenção ao **TRIBUNAL**, no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes da data prevista para o término da relação contratual.

22. DA GARANTIA

22.1. O **LICITANTE VENCEDOR** apresentará ao **TRIBUNAL**, no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do extrato do instrumento contratual, comprovante de garantia na modalidade [...], no valor de R\$ [...] ([...]), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste ajuste, como forma de garantir a perfeita execução do seu objeto, nos termos estabelecidos na minuta de contrato

23. DISPOSIÇÕES FINAIS



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

23.1. Constituem anexos deste projeto básico, dele fazendo parte, integrantes e inseparáveis:

Anexo I	Quantitativo de Profissionais
Anexo II	Total de Ocupações por Área
Anexo III	Relação de Endereços para a Prestação de Serviços
Anexo IV	Especificações Técnicas
Anexo V	Memória de Cálculo dos Custos da Contratação
Anexo VI	Planilhas Estimativas de Custos e Composição de Preços da Contratação
Anexo VII	Planilha Estimativa de Uniformes e EPIs/EPCs
Anexo VIII	Planilha Estimativa de Materiais de Consumo
Anexo IX	Planilha Estimativa de Produtos de Limpeza e Higiene Pessoal - Mensal
Anexo X	Planilha Estimativa de Máquinas e Equipamentos
Anexo XI	Planilha Estimativa de Ferramentais
Anexo XII	Descrição dos Serviços
Anexo XIII	Especificações Mínimas Exigidas para Materiais de Consumo, Produtos de Limpeza e Higiene Pessoal, Ferramentais e Máquinas e Equipamentos
Anexo XIV	Relatório de Acompanhamento de Serviços
Anexo XV	Relatório de Acompanhamento Mensal das Substituições de Profissionais

Marco Aurélio Bueno

Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais